usufruidas no ano posterior ao da aquisição e são de fruição obrigatória. A Administração, não desejando obrigar a fruição necessária das licenças, também não pode simplesmente suprimir esses direitos conquistados ao longo dos anos.

E esse sempre foi o entendimento prevalente na jurisprudência, principalmente no Tribunal de Justiça de São Paulo, como podemos observar abaixo:

"O Estado necessitou, em prol do interesse público - supremacia do interesse público sobre o interesse privado - do tempo pertinente à licença-prêmio do servidor estadual quando em atividade. Causou-lhe, em consequência, um dano anormal e especial, pois violou o direito subjetivo do servidor ao lazer (garantido por lei).

Assim, se o direito subjetivo ao lazer é incontestável, a sua violação - por ato lícito - deve ser convertida em pecúnia, sem necessidade de regra infraconstitucional ou legal para limitar o seu exercício".

(Apelação nº 929.190-5/8-00 - 7ª Câmara de Direito Público. Relator: Desembargador Guerrieri Rezende. 10/08/2009)

"LICENÇA-PRÊMIO. Imposto de Renda na Fonte - não incidência - caráter indenizatório da verba - a não concessão do gozo do benefício, quando em atividade o servidor, implica em dano à sua saúde, dano esse que deve ser indenizado pelo Poder Público"

(Reexame Necessário nº 0033291-17.2009.8.26.0053. 1ª Câmara de Direito Público. Data do julgamento: 22.03.2011).

"SERVIDOR APOSENTADO. Licença-prêmio. Benefício não gozado durante a atividade funcional. Pretensão de recebimento do respectivo valor em pecúnia. Direito adquirido. Impossibilidade de gozo do descanso remunerado em decorrência da inatividade Direito à indenização da licença-prêmio não usufruída, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração, que explorou a força de trabalho do seu servidor, bem que lhe é irrestituível."

(Reexame Necessário nº 1036976-39.2014.8.26.0053. 5ª Câmara de Direito Público. Data do julgamento: 23.03.2015).

Sala das Sessões, em 6/8/2021.

a) Campos Machado

EMENDA Nº 2, AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 26, DE 2021

Suprima-se a alínea "e", do inciso I, do artigo 29 que se refere o projeto de lei em epígrafe, renumerando-se os demais.

JUSTIFICATIVA

O dispositivo que se pretendia revogar nesta alínea envolve retirar a possibilidade de um funcionário ser ressarcido de licenças que ele não pode usufruir durante a atividade, obrigando-o a usufruir essas licenças logo no período que antecede sua aposentadoria, em uma burocracia totalmente desnecessária e ineficaz para o Estado. É fato que as férias já são obrigatoriamente usufruídas no ano posterior ao da aquisição e são de fruição obrigatória. A Administração, não desejando obrigar a fruição necessária das licenças, também não pode simplesmente suprimir esses direitos conquistados ao longo dos anos.

E esse sempre foi o entendimento prevalente na jurisprudência, principalmente no Tribunal de Justiça de São Paulo, como podemos observar abaixo:

"O Estado necessitou, em prol do interesse público - supremacia do interesse público sobre o interesse privado - do tempo pertinente à licença-prêmio do servidor estadual quando em atividade. Causou-lhe, em consequência, um dano anormal e especial, pois violou o direito subjetivo do servidor ao lazer (garantido por lei).

Assim, se o direito subjetivo ao lazer é incontestável, a sua violação - por ato lícito - deve ser convertida em pecúnia, sem necessidade de regra infraconstitucional ou legal para limitar o seu exercício".

(Apelação nº 929.190-5/8-00 - 7ª Câmara de Direito Público. Relator: Desembargador Guerrieri Rezende. 10/08/2009)

"LICENÇA-PRÊMIO. Imposto de Renda na Fonte - não incidência - caráter indenizatório da verba - a não concessão do gozo do benefício, quando em atividade o servidor, implica em dano à sua saúde, dano esse que deve ser indenizado pelo Poder Público"

(Reexame Necessário nº 0033291-17.2009.8.26.0053. 1ª Câmara de Direito Público. Data do julgamento: 22.03.2011).

"SERVIDOR APOSENTADO. Licença-prêmio. Benefício não gozado durante a atividade funcional. Pretensão de recebimento do respectivo valor em pecúnia. Direito adquirido. Impossibilidade de gozo do descanso remunerado em decorrência da inatividade Direito à indenização da licença-prêmio não usufruída, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração, que explorou a força de trabalho do seu servidor, bem que lhe é irrestituível."

(Reexame Necessário nº 1036976-39.2014.8.26.0053. 5ª Câmara de Direito Público. Data do julgamento: 23.03.2015).

Sala das Sessões, em 6/8/2021.

a) Campos Machado

EMENDA Nº 3, AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 26, DE 2021

Dá nova redação a dispositivos do Artigo 24.

Artigo 1º - Dê-se a seguinte redação aos itens "c" e "d" do inciso VI do artigo 24:

Artigo 24.....

Inciso VI.....

c) o caput do artigo 30:

"Artigo 30 - Os indicadores globais, seus critérios de apuração e de avaliação e as metas serão definidos, mediante proposta do Secretário da Fazenda e Planejamento, por comissão intersecretarial a ser constituída por decreto e integrada por Secretários de Estado." (NR);

d) § 1º do artigo 33:

"§ 1º - A Participação nos Resultados - PR será paga mensalmente, devendo o pagamento iniciar-se até o final do terceiro mês subsequente ao do término do período de avaliação." (NR);"

JUSTIFICATIVA

O caput e parágrafos do artigo 30 e parágrafo 1 do artigo 33 da Lei Complementar 1059/2008 tratam de aspectos essenciais para o cálculo e pagamento da Participação nos Resultados dos Agentes Fiscais de Rendas, os quais foram resultado de um esforço conjunto tanto da Administração quanto dos Parlamentares para afastar problemas e questionamentos que haviam ocorrido no passado e que causaram muita insegurança a todos, comprometendo o bom andamento das atividades que são essenciais para os interesses do Estado de São Paulo.

Assim sendo, cabe de fato alterar o "caput" do artigo 30, para atualizar a nomenclatura dos órgãos envolvidos, porém sem alterar/excluir a redação e objetivos dos mencionados dispositivos.

Sala das Sessões, em 6/8/2021.

a) Campos Machado

EMENDA Nº 3, AO PROJETO DE LEI Nº 421, DE 2021

Dê-se ao artigo 1º e parágrafo único do projeto de lei nº 421, de 2021, a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica instituída a isenção da cobrança de pedágio nas Rodovias do Estado de São Paulo para policiais militares, policiais civis, policiais técnico científico, policiais penais, policiais federais, policiais rodoviários federais e agente sócio educativo do Estado de São Paulo, em deslocamento "in itinere".

Parágrafo único - Para ter acesso à gratuidade de que trata o "caput" deste artigo, os policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais militares, policiais civis, policiais técnico científico, policiais penais e agente sócio educativo do Estado de São Paulo deverão apresentar documento de identificação funcional ou estarem uniformizados."

JUSTIFICATIVA

Observando a máxima aristotélica que diz que "devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade", com a finalidade de cumprir o princípio da igualdade, previsto no artigo 5º, da Constituição da República, que é, inclusive, segundo grande parcela da teoria jurídica, considerado um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, buscamos corrigir uma injustiça.

A injustiça é praticada contra os servidores da segurança pública, da administração penitenciária e da Fundação Casa, que tem um regime totalmente próprio, que os obriga a deslocar longas distancias e muitas vezes de inopino, para trabalhar em pro do Estado, sacrificando folgas e, eventualmente, suas próprias vidas.

Diante disso, a presente emenda ao Projeto de Lei 421 de 2021, pretende garantir que esses agentes públicos tenham melhor condição de serviço, trazendo um pequeno alívio ao desequilíbrio salarial que os persegueu há anos no Estado de São Paulo e, também, buscando uma isonomia com outras políticas, incluímos os policiais federais e rodoviários federais que atuam no Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, em 6/8/2021.

a) Agente Federal Danilo Balas

DESPACHOS

DESPACHO DE COAUTORIA

PL 36/2021

Deferido o pedido de coautoria ao PL 36/2021.

Em 6/8/2021.

a) Carlião Pignatari - Presidente

DESPACHO DE RETIRADA

PDL 56/2021

Deferido o pedido de retirada, nos termos do artigo 176, "caput", do Regimento Interno.

Arquive-se.

Em 6/8/2021.

a) Carlião Pignatari - Presidente

Comissões

CONVOCAÇÕES

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMAÇÃO

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos do Ato de Mesa nº 23, de 2021, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 09/08/2021, segunda-feira, às 14:00 horas, no Ambiente Virtual, com a finalidade de ouvir o Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) sobre o andamento da gestão e o desenvolvimento de ações, programas e metas, nos termos do artigo 52-a, combinado com o artigo 100, parágrafo único, ambos da Constituição Estadual.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Castello Branco	PSL	Tenente Coimbra
Maurici	PT	Professora Bebel
Dra. Damaris Moura	PSDB	Cezar
Paulo Correa Jr	DEM	Milton Leite Filho
Sebastião Santos	REPUBLICANOS	Gilmaci Santos
Sergio Victor	NOVO	Heni Ozi Cukier
Marcio da Farmácia	PODE	Ataide Teruel
Professor Kenny	PP	Delegado Olim
Professor Walter Vicioni	MDB	Jorge Caruso
Alex de Madureira	PSB	Marta Costa
Marina Helou	REDE	---

Sala das Comissões, em 05/08/2021.

Deputado Sergio Victor

Presidente

COMISSÃO DE SAÚDE

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais e do Ato da Mesa nº 23, de 2021, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 10/08/2021, terça-feira, às 13:00 horas, no Ambiente Virtual, com a finalidade de apreciar a pauta anexa.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Coronel Nishikawa	PSL	Adalberto Freitas
José Américo	PT	Dr. Jorge Do Carmo
Caio França	PSB	Barros Munhoz
Patricia Bezerra	PSDB	Analice Fernandes
Edmir Chedid	DEM	Estevam Galvão
André do Prado	PL	Rafa Zimbaldi
Edna Macedo	REPUBLICANOS	Wellington Moura
Ataide Teruel	PODE	Murilo Felix
Professor Walter Vicioni	MDB	Léo Oliveira
Alex de Madureira	PSD	Marta Costa
Afonso Lobato	PV	Edson Giriboni

Sala das Comissões, em 04/08/2021.

Deputada Patricia Bezerra

Presidente

6ª Reunião Extraordinária

1 - Projeto de lei 42/2020 - Deputado Coronel Telhada - Institui o "Dia Estadual de Conscientização e Orientação sobre o Câncer de Estômago", incluindo-o no Calendário Oficial do Estado. - Deputado Edmir Chedid - favorável

2 - Projeto de lei 137/2020 - Deputada Janaina Paschoal - Torna obrigatória a presença de profissional fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva - UTIs, adulto e pediátrico. - Deputado Edmir Chedid - favorável

3 - Projeto de lei 315/2020 - Deputada Monica da Mandata Ativista - Institui plano de emergência para a entrega regular de remédios aos doentes crônicos durante a pandemia de COVID-19. - Deputado Coronel Nishikawa - favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela CCLR

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

4 - Projeto de lei 43/2020 - Deputado Coronel Telhada - (CONCLUSIVA) Institui o "Dia Estadual de Combate e Conscientização do Câncer de Cabeça e Pescoço", incluindo-o no Calendário Oficial do Estado. - Deputado Edmir Chedid - favorável, conclusivamente

5 - Projeto de lei 616/2020 - Deputada Carla Morando - (CONCLUSIVA) Institui o "Dia Estadual de Conscientização e Orientação sobre o Câncer de Estômago". - Deputado Afonso Lobato - favorável, conclusivamente

6 - Moção 148/2020 - Deputado Thiago Auricchio - (CONCLUSIVA) Apela à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS a fim de que declare a inaplicabilidade, para o tratamento de autismo, da limitação das sessões de psicoterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e fisioterapia, visando à reabilitação do desenvolvimento psicomotor, bem como inclui a Análise Aplicada do Comportamento em seu rol de procedimentos. - Deputado Edmir Chedid - favorável, conclusivamente

PARA DELIBERAÇÃO:

Item 7 - Requerimento CS nº 01/2021, de autoria do Deputado Enio Tatto, para a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, em caráter de urgência, em AMBIENTE

VIRTUAL, com a finalidade de discutir o fechamento do Pronto Socorro do Hospital Geral de Itapeperica da Serra no estado de São Paulo. Vistas: Dep. André do Prado; Dep. Alex de Madureira

Item 8 - Requerimento CS nº 3/2021, de autoria dos Deputados Enio Tatto e Maurici, para a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, em caráter de urgência, mesmo que em AMBIENTE VIRTUAL por força da RESOLUÇÃO - ALESP nº 924, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020 por esta Comissão de Saúde presidida pela nobre deputada Patricia Bezerra, para discussão sobre o fechamento do Pronto Socorro dos seguintes hospitais: 1. Hospital Geral do Grajaú município de São Paulo;

2. Hospital Geral do Pedreira município de São Paulo; 3. Hospital Geral Santa Marcelina - Unidade Itaim Paulista no município de São Paulo; 4. Hospital Estadual Vila Alpina; 5. Hospital Estadual Franco da Rocha; 6. Hospital Geral de Itapeperica da Serra no Estado de São Paulo. Vistas: Dep. André do Prado; Dep. Alex de Madureira

Item 9 - Requerimento CS nº 4/2021, de autoria do Deputado Edmir Chedid, para que seja deliberado e aprovado CONVITE ao Dr. JEANCARLO GORINCHTEYN, Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, no propósito de prestar informações sobre a execução dos objetivos estratégicos vinculados a meta 'saúde pública integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso' inserida no projeto de LDO para 2022, em especial, para detalhar os planos de conclusão de mais um Hospital Regional no Estado, a viabilidade de implantação de um Hospital Regional na Região Bragantina, a situação do Hospital Regional de Caraguatuba, e as condições e capacidade de todos os hospitais estaduais, bem como sobre os planos de ampliação dos Ambulatórios Médicos de Especialidade Cirúrgicos e outros assuntos afetos a pasta. Vistas: Dep. Walter Vicioni

Item 10 - Requerimento CS nº 5/2021, de autoria do Deputado Edmir Chedid, para que seja deliberado e aprovado CONVITE à Dra. CÉLIA LEÃO, Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no propósito de prestar informações sobre os serviços, de competência de sua Pasta, ofertados nas unidades do Serviço de Reabilitação da Rede Lucy Montoro, bem como os planos para ampliação da rede. Vistas: Dep. Walter Vicioni

Item 11 - Requerimento CS nº 6/2021, de autoria do Deputado Edmir Chedid, para que seja deliberado e aprovado CONVITE ao Dr. WILSON MODESTO POLLARA, Superintendente do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe), no propósito de prestar informações sobre os planos de ampliação das unidades e da rede credenciada de serviços do instituto para os servidores públicos estaduais de todo o Estado, em especial os servidores do interior, bem como sobre a situação financeira e o financiamento dos serviços ofertados pelo Iamspe, após a edição da Lei nº. 17.293/2020, que estabeleceu medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas, aumentando o valor da contribuição e o quadro de contribuintes do instituto. Vistas: Dep. Walter Vicioni

Item 12 - Requerimento CS nº 8/2021, de autoria do Deputado Carlos Giannazi, para a convocação do Secretário de Estado da Saúde, cargo atualmente ocupado pelo Dr. Jean Gorinchteyn, para que esclareça o processo de vacinação para pessoas com deficiência (PCD). Vistas: Dep. Alex de Madureira

Item 13 - Requerimento CS nº 10/2021, de autoria do Deputado Luiz Fernando Teixeira Ferreira, que seja oficiado, com a finalidade de convidar a comparecer a esta Comissão, o senhor o dono da empresa Precisa Medicamentos, Sr. Francisco Maximiano, para prestar esclarecimentos a esta comissão acerca da intermediação realizada pela mesma para com os laboratórios indianos visando a compra das vacinas covaxin pelo Ministério da Saúde para combate à pandemia do covid-19.

Item 14 - Requerimento CS nº 11/2021, de autoria do Deputado Douglas Garcia, de convocação do Senhor Secretário Estadual de Saúde, com o objetivo de prestar a esta Comissão informações sobre a falta de medicamentos nas farmácias de alto custo e insumos como fraldas e dieta para alimentação enteral, o que tem afetado milhares de pessoas.

PARA CIÊNCIA:

Item 15 - Ofício nº 214/21, datado de 25/05/2021, da Câmara Municipal de Brotas, encaminhando o Requerimento nº 106/2021, de autoria do vereador Prof. Agripino Miguel Costa, de apoio à solicitação de que o IAMSPE tome as medidas necessárias para a retomada do atendimento aos seus beneficiários, na Santa Casa de Presidente Prudente.

Item 16 - Ofício P 0710-2021, datado de 27/05/2021, da Câmara Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá, encaminhando o Requerimento nº 233/1602/2021, de autoria da vereadora Dani Dias, solicitando informações ao Governador do Estado sobre a possibilidade de inclusão dos motoristas de aplicativos, motoristas de taxis, operadores de caixa e frentistas dos postos de combustíveis, no Plano Estadual de vacinação contra a covid-19.

Item 17 - Ofício nº 479/2021-OS, datado de 01/06/2021, da Câmara de Vereadores da Estância Turística de Avaré, encaminhando o Requerimento nº 523/2021, para que a cidade de Avaré também seja incluída no programa de vacinação em massa, como ocorreu em Botucatu.

Item 18 - E-mail datado de 10/06/2021, da Câmara Municipal de Sete Barras, encaminhando a Moção de Apelo nº 09/2021, pela aprovação do PL 2564/2020, em tramitação no Senado Federal, para instituir o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

Item 19 - Ofício nº 481/21, datado de 08/06/2021, da Câmara Municipal de Pôrto Ferreira, encaminhando a Moção de Apelo nº 20/2021, de autoria da Vereadora Priscila Franco de Oliveira, pela aprovação do PL 2564/2020, em tramitação no Senado Federal, para instituir o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

Item 20 - Ofício CMB nº 402/2021, datado de 09/06/2021, da Câmara Municipal de Brotas, encaminhando Requerimento de Votos de Apelo nº 129/2021, de autoria dos Vereadores Thales Barros Sgorlon e Mário de Barros Frate Nunes, ao Senhor Governador do Estado, para que, através das tratativas necessárias, inclua os trabalhadores de supermercados, padarias, postos de combustíveis, bancos e casas lotéricas no grupo prioritário da vacinação contra a COVID-19.

Item 21 - Ofício nº 1361/2021 - FSCMF, datado de 10/06/2021, do Grupo Santa Casa, solicitando de emenda para custeio e investimentos para o ano de 2021, tendo sido estimado um gasto com material médico-hospitalar no montante de R\$ 20.341.356,00.

Item 22 - E-mail datado de 16/06/2021, da Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande, pleiteando a ampliação da imunização da classe geradora de renda, encaminhando relação de 19 profissões para serem incluídas no Grupo Prioritário de Imunização contra Covid 19. A propositura não tem caráter excludente, mas visa criar prioridade para a classe trabalhadora, tal medida irá estruturar o mercado de trabalho e garantir a retomada da economia com mais segurança e gerando diversos benefícios para a sociedade.

Item 23 - Ofício nº 1163/2021 - GP, datado de 15/06/2021, da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, encaminhando a Moção de Apoio nº 02/2021, de autoria do vereador Sargento Barrera, pela aprovação do texto integral e original do PLC 115/2015, objetivando a regulamentação profissional do podólogo.

Item 24 - Ofício Circular 60/2021-CAP, datado de 09/06/2021, da Câmara Municipal de Campinas, encaminhando a Moção nº 95/2021, de autoria da vereadora Debora Palermo, para que sejam fornecidos ao município os medicamentos de alto custo necessários, em especial a somatropina.

Item 25 - Ofício nº 97/2021 - GP, datado de 15/06/2021, da Câmara Municipal de Franca, de autoria do vereador Gilson Pelizoro, solicitando a inclusão, como grupo prioritário de vacinação, os profissionais de Imprensa do Estado.

Item 26 - Ofício nº 210/2021, datado de 16/06/2021, da Câmara Municipal de Presidente Bernardes, encaminhando o

Requerimento nº 26/2021, de autoria do vereador Franthesco Aparecido Arminio Breschi, solicitando a retomada do atendimento dos beneficiários do IAMSPE na Santa Casa de Presidente Prudente.

Item 27 - E-mail datado de 22/06/2021, da Câmara Municipal de Euclides da Cunha Paulista, encaminhando a Moção de Apoio nº 03/2021, de autoria da vereadora Jucléia Rodrigues Botelho Pires, pela aprovação do PL 2564/2020, em tramitação no Senado Federal, para instituir o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

Item 28 - Ofício CONDEPE - SP nº 201/2021, datado de 15/07/2021, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, encaminhando Recomendação CONDEPE - contra a regulamentação do acolhimento de adolescentes e de população em situação de rua em comunidades terapêuticas. Pede providências.

Item 29 - E-mail datado de 29/07/2021, do Senhor Maurício Nogueira, elogiando o atendimento recebido por toda a equipe do Hospital das Clínicas da Faculdade e Medicina de Botucatu e manifestando sua indignação com o vergonhoso estado das instalações físicas e dos equipamentos disponibilizados. Encaminha fotos para corroborar suas informações.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais e do Ato da Mesa nº 23, de 2021, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 10/08/2021, terça-feira, às 13:00 horas, no Ambiente Virtual, com a finalidade de deliberar pauta anexa e tratar de outros assuntos de interesse da Comissão.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Tenente Nascimento	PSL	Castello Branco
Maurici	PT	Márcia Lia
Professora Bebel	PT	Teonilio Barba
Roberto Engler	PSB	Caio França
Mauro Bragato	PSDB	Patricia Bezerra
Dirceu Dalben	PL	Ricardo Madalena
Gilmaci Santos	REPUBLICANOS	Altair Moraes
Daniel José	NOVO	Sergio Victor
Murilo Felix	PODE	Ataide Teruel
Professor Kenny	PP	Delegado Olim
Leci Brandão	PC do B	---

Sala das Comissões, em 06/08/2021.

Deputado Maurici

Presidente

5ª Reunião Extraordinária

1 - Projeto de lei 655/2015 - Deputado Aldo Demarchi - Proíbe a prática do proselitismo político no Sistema Educacional do Estado de São Paulo. - Deputado Roberto Engler - Ciência do Vencedor

2 - Projeto de lei 944/2019 - Deputado Caio França - Institui a Política de Prevenção à Violência contra Educadores da Rede Estadual de Ensino. - Deputada Professora Bebel - Cota propondo juntada ao PL nº 553/2019, nos termos do art. 179 do Regimento Interno

3 - Projeto de lei 1011/2019 - Deputada Edna Macedo - Institui o Programa de Educação Financeira no âmbito da rede estadual de ensino. - Deputado Professor Kenny - favorável

4 - Projeto de lei 1193/2019 - Deputado Rafa Zimbaldi - Institui o Programa Cidadania Digital nas escolas. - Deputada Professora Bebel - Cota propondo juntada ao PL nº 45/2021, nos termos do art. 179 do Regimento Interno

5 - Projeto de lei 124/2020 - Deputada Alessandra Monteiro - Institui o Programa Células Motivadoras, de prevenção e combate ao abandono escolar na rede pública estadual. - Deputada Professora Bebel - Cota propondo juntada ao PL nº 553/2019, nos termos do art. 179 do Regimento Interno

6 - Projeto de lei 390/2020 - Deputado Enio Tatto - Destina carteiras em locais determinados das salas de aula aos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo - TEA nas escolas do Estado. - Deputado Professor Kenny - favorável

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

7 - Projeto de lei 24/2020 - Deputado Luiz Fernando T. Ferreira - (CONCLUSIVA) Denomina "Professor Motooka" a Escola Estadual Cocaia, em Guarulhos. - Deputado Mauro Bragato - favorável, conclusivamente

8 - Moção 47/2021 - Deputado Mauro Bragato - (CONCLUSIVA) Aplaud e Centro Universitário de Adamantina - UnifAI pelo lançamento do Programa UnifAI & Escolas - Motivando e Educando, que visa motivar os estudantes da educação básica a prosseguirem com os estudos. - Deputado Professor Kenny - favorável conclusivamente

9 - Moção 79/2021 - Deputada Professora Bebel - (CONCLUSIVA) Apela ao Sr. Ministro da Educação para que seja editada uma Instrução Normativa autorizando os municípios a utilizarem os recursos do PNAE para aquisição de cestas básica com produtos da agricultura familiar. - Deputado Mauro Bragato -